


Economia Social e Solidária

Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense

Characterization and challenges of peasant cooperativism in northeastern of Pará

André Carlos de Oliveira Rocha¹ , William Santos de Assis¹ ,
Philippe Jean Louis Sablayrolles¹ 

¹ Universidade Federal do Pará , Belém, PA, Brasil

RESUMO

No Brasil desenvolveram-se duas correntes do cooperativismo, uma tradicional/empresarial e uma popular/solidária. O objetivo desse artigo foi refletir sobre os desafios das cooperativas camponesas no nordeste paraense, a partir de uma caracterização geral das mesmas. A pesquisa foi do tipo quantitativa, com um estudo de 14 cooperativas. Como instrumentos de coleta de dados, têm-se: questionário objetivo e pesquisa bibliográfica. A análise dos dados foi feita por estatística descritiva. Os resultados mostraram que nas regiões estudadas apresentam a maioria das cooperativas sem assalariados, metade tem agroindústria, mais da metade participa de feiras e redes de comercialização, mais de três quartos comercializam com não sócios(as), todas mantêm assembleia geral e reuniões de diretoria, as ações de solidariedade não é algo priorizado. Conclui-se que existem diversos desafios e que não se tem um modelo único, o trabalho, a gestão e os processos de solidariedade são diferentes em cada cooperativa, sendo que estas têm suas ações voltadas para a melhoria de renda.

Palavras-chave: Cooperação agrícola; Economia Solidária; Campesinato

ABSTRACT

In Brazil, two trends have developed, a traditional / business and a popular / solidarity. The aim of this article was to reflect on the challenges of peasant cooperatives in northeastern Pará, based on a general characterization. The research was of the quantitative type, with a study of 14 cooperatives. As instruments of data collection, there are: objective questionnaire and bibliographic research. Data analysis was performed using descriptive statistics. The results showed that in the studied regions they present the majority of cooperatives without salaried workers, half have agribusiness, more than half participate in fairs and marketing networks, more than three quarters trade with non-members, all hold

general meetings and meetings of management, solidarity actions are not prioritized. It is concluded that there are several challenges and that there is no single model, work, management and solidarity processes are different in each cooperative, with their actions aimed at improving income.

Keywords: Agricultural cooperation; Solidarity Economy; Peasantry

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do resultado da dissertação de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

No livro “A Teoria das Cooperativas Camponesas”, de Alexander Chayanov (2017), o autor analisa o papel da cooperação agrícola na solução de problemas econômicos do campesinato, mas também no processo de transição socialista em que vivia a União Soviética, em 1919, ano da edição original. Para tanto, Chayanov contou com dados de um grande diagnóstico realizado com as cooperativas camponesas naquele contexto.

Para Schneider (2017), o grande conhecimento de Chayanov sobre a agricultura na região central da Europa contribui para análises em outros contextos. O livro “é um guia essencial para se compreender o lugar e o papel do cooperativismo para o futuro do desenvolvimento rural brasileiro” (Schneider, 2017, p. 10).

Neste sentido, para se entender o cooperativismo camponês no Pará é fundamental um bom diagnóstico que permita uma caracterização e subsidie futuras análises qualitativas. Seguindo esse raciocínio, decidiu-se por realizar a pesquisa na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal¹, a partir do conjunto de cooperativas ligadas à agricultura familiar camponesa. A amostra final da pesquisa abrangeu 14 cooperativas dessas regiões.

A importância dessa pesquisa, em última análise, é construir um panorama

¹ Para efeito de pesquisa, utilizou-se a nova diferenciação geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as unidades subestaduais, que se encontra vigente a partir de 2017. Esta nova divisão substitui as mesorregiões e microrregiões por Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata (IBGE, 2017).

geral do cooperativismo camponês paraense. Caldart (2014) fala da necessidade de compreensão da agricultura camponesa do século XXI, afirmando que “somente o vínculo com a realidade, ou a vivência de experiências históricas reais pode ajudar a alterar uma visão que talvez impeça a própria formulação de novas questões de pesquisa” (Caldart, 2014, p. 164).

Espera-se contribuir com o movimento cooperativista camponês paraense, para que, conhecendo e refletindo sobre sua trajetória e contradições, possa elaborar estratégias que superem suas limitações e direcionem suas ações de acordo com suas concepções de mundo. Para que se possa, como afirma Carvalho (2014), construir um projeto de campo para o país e que dê conta da realização do campesinato.

Problematizando a temática, cabe lembrar que o cooperativismo surge, em meados do século XIX, como estratégia de organização dos(as) trabalhadores(as) frente as mazelas geradas pelo recente desenvolvimento do sistema capitalista na Europa (Rios, 1987; Singer, 2003, 2012; Pinho, 2004)

Porém, o movimento cooperativista não é algo dado, determinístico, sem contradições. Estudando a trajetória do cooperativismo no Brasil, Chiariello (2008) mostra que aqui se desenvolveram duas correntes distintas, uma dita tradicional, de lógica empresarial, com viés capitalista e outra dita popular, de lógica solidária, com viés nos objetivos sociais. Isso para não citar as cooperativas ditas fraudulentas, que não são de fato cooperativas, mas artimanhas de empresas capitalistas para obterem vantagens tributárias (Gonçalves, 2003).

Em uma perspectiva da economia solidária, o cooperativismo pode ser caracterizado por três categorias: a) o trabalho, associado e orientado para satisfação das necessidades humanas, b) a autogestão, no sentido da organização do trabalho e do controle democrático das decisões pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) associados(as), e c) a solidariedade, na perspectiva de relações de ajuda mútua (Singer, 2003; França, 2001).

Benini *et al.* (2008) afirmam que esse tipo de cooperativismo, que busca a

emancipação do trabalho e baseia-se na autogestão, não produz objetivando a reprodução do capital, mas tem por fim as lógicas social e econômica integradas.

Segundo dados da extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao antigo Ministério do Trabalho e Emprego, a região Norte possui 3.128 empreendimentos de economia solidária (EES), sendo que o Pará abarca 43,4% destes (Brasil, 2013). Os dados mostram ainda uma baixa porcentagem de organizações cooperativas na região, apenas 8,7% do total de EES². Apesar de ter registrado que 52% dos associados aos EES são agricultores(as) familiares, a Senaes não fez o cruzamento de dados para saber quantas cooperativas estão ligadas à agricultura familiar camponesa.

Como fundamento qualitativo deste trabalho, é necessário se realizar estudos mais abrangentes com cooperativas diversas, entender como estão colocadas e o que tem feito dentro do cooperativismo paraense, uma vez que poucos trabalhos fizeram isso. Os trabalhos como os de Reis (2002), Farias (2014), Rodrigues (2009), Santos (2012), Souza (2009 a) e Santos (2016) cumprem de forma parcial esse papel no Pará, com recortes geográficos bem localizados, estudando, geralmente, apenas uma cooperativa cada. Portanto, este trabalho realizou um levantamento mais amplo das cooperativas camponesas na região nordeste do Pará, para se ter uma compreensão mais sólida do objeto.

Caracterizou-se essas cooperativas, dentre outros elementos, pelas categorias da economia solidária e pelos sete princípios clássicos do cooperativismo, defendidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), bem como de que maneira as relações de trabalho foram desenvolvidas historicamente, além da gestão, das práticas de solidariedade e de suas perspectivas de emancipação.

Embasado nas análises de Benini *et al.* (2012) e Silva (2018), pode-se considerar que, dentre outras categorias, as duas correntes podem ser diferenciadas quanto ao trabalho, a gestão e a solidariedade, nos seguintes termos. O trabalho associado

² Os EES são compostos, além das cooperativas, por associações, grupos informais e sociedades mercantis (BRASIL, 2013).

e não alienado é o que caracteriza a corrente solidária e popular, ao passo que o trabalho individual e assalariado, alienado, está presente no cooperativismo de cunho tradicional e empresarial. A autogestão representa o modo de gestão das cooperativas solidárias e populares, sendo a heterogestão uma característica do cooperativismo tradicional e empresarial. Por fim, como tipos ideais, organizações cooperativas solidárias e populares devem contemplar em seus princípios e funcionamento diversos processos de solidariedade, seja interna ou externamente, ao passo que isso não é uma preocupação nas cooperativas tradicionais e empresariais.

Essas reflexões levam a seguinte pergunta: Como se caracterizam as cooperativas paraenses, considerando as lógicas do cooperativismo tradicional e do cooperativismo popular, ligado à economia solidária? Quais os desafios da construção do cooperativismo camponês? Para responder a essas perguntas, este trabalho teve como objetivo, caracterizar as cooperativas camponesas na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal, segundo o tipo, a espacialização, a produção, a temporalidade, as relações de trabalho existentes. Ao passo que busca refletir sobre alguns desafios do cooperativismo camponês na região. Portanto, realizou-se um diagnóstico do cooperativismo paraense, para apresentar um panorama geral das cooperativas paraenses circunscritas nessas regiões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Identidade Cooperativa: Princípios e Valores do Cooperativismo

O movimento cooperativista foi construído com base em princípios, que por sua vez estão ligados a valores e que devem balizar a prática das cooperativas. Com a Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale, em 1844, surgiram formalmente os primeiros princípios (Borges, 2001; Pinho, 2004), que foram sendo discutidos, confirmados e acrescentados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) durante

todo o século XX, tendo sido feita sua última formulação no Congresso Internacional da ACI em 1995 (Borges, 2001).

Charterina (1995) discute os valores e os princípios cooperativos após o Congresso Internacional da ACI, de 1995, tendo como base os debates dos eventos anteriores. O autor expõe dois fatos a serem considerados, o primeiro é que até o XXIX Congresso Internacional da ACI, em 1988, os valores não estavam em pautas de discussões, somente a partir desse evento começa-se a debater, além dos princípios, os valores que o cooperativismo deveria carregar (Charterina, 1995). O segundo, é a mudança metodológica, nesse período até década de 1990, que passa a considerar a relação entre princípios e valores, sendo estes a base, a finalidade, e aqueles “as pautas que guiam a ação em direção aos valores” (Charterina, 1995, P. 38).

Os princípios clássicos do cooperativismo, atualizados e defendidos pela ACI, são: 1) adesão voluntária e livre, 2) gestão democrática dos membros, 3) participação econômica dos membros, 4) autonomia e independência, 5) educação, formação e informação dos associados e do público, 6) intercooperação e 7) preocupação com a comunidade (Pinho, 2004; Borges, 2001; Ica, 2018).

A associação voluntária e livre refere-se ao fato de todas as pessoas poderem participar da organização, uma vez aceita sua responsabilidade de membro, sem qualquer tipo de discriminação (ICA, 2018). A gestão democrática dos membros considera a participação dos mesmos na tomada de decisão, através de democracia representativa, sendo, deste princípio, tirada uma máxima do cooperativismo: um membro, um voto! (Ibidem). A participação econômica do membro fala da contribuição equitativa e controle democrático do capital da cooperativa, sendo que parte é, geralmente, propriedade coletiva, e a remuneração deste capital é limitada, com alocação em reservas e retorno das sobras, sendo este, proporcional às transações de cada membro com a cooperativa (Ibidem).

O quarto princípio, autonomia e independência, versa sobre a soberania das cooperativas frente a acordos com outras organizações da sociedade civil ou governo,

incluindo financiamento de capital de fontes externas (ICA, 2018). A educação cooperativa visa instruir e treinar, nos temas de interesse e os princípios para o desenvolvimento da entidade, todos as pessoas envolvidas na vida da cooperativa, como diretoria, sócios(as), gerentes e funcionários, quando houver, e, ainda, a comunidade em geral sobre cooperação (Ibidem). A intercooperação busca a eficiência e fortalecimento do movimento cooperativo, podendo ser ao nível local, regional, nacional ou internacional (Ibidem). A preocupação com a comunidade prevê que se trabalhe para o desenvolvimento sustentável de comunidades onde estão inseridas (Ibidem).

Esses princípios clássicos, como dito, têm por base os valores do movimento cooperativista, que são os seguintes: 1) autoajuda, 2) autorresponsabilidade, 3) democracia, 4) igualdade, 5) equidade, e 6) solidariedade. (Vargas, 1995; Ica, 2018). Ressalta-se que estes valores são os fundamentos dos princípios citados anteriormente (Charterina, 1995).

Vargas (1995, p. 180, tradução nossa) considera que “para a conquista de suas aspirações, não só econômicas se não também sociais e culturais”, esses valores são fundamentais, ao passo que o cooperativismo também se propõe a ser um canal de diálogo com toda a sociedade.

2.2 Concepções e correntes do cooperativismo

Do ponto de vista teórico-conceitual, as concepções teóricas assumidas por uma ou outra cooperativa, ou por parte do movimento cooperativo, carregam uma relação dialética com a prática, Rêgo e Moreira (2013) discutem três concepções a respeito do cooperativismo, uma linha que segue o socialismo utópico, outra marxista e uma anarquista. Zwick e Pereira (2013) citam outra corrente, a do reformismo social-liberal.

Na linha do pensamento utópico, os principais pensadores são Robert Owen e Charles Fourier, que elaboraram suas ideias na primeira metade do século XIX, e defendiam a associação entre as pessoas, sem distinção de classe, superando o

individualismo, mas louvando a liberdade, onde todos(as) tivessem acesso à cultura, educação, saúde e moradia, enfim, à realização de suas necessidades humanas (Rêgo E Moreira, 2013). Zwick (2011) e Carvalho (2012) acrescentam a esses dois pensadores, o nome de Saint Simon.

O pensamento marxista sobre cooperativismo, que tem como base Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, e Trotsky, traz um recorte de classe social, englobando a ideia de trabalho associado e coletividade no sentido de emancipação da classe operária, sendo que a intercooperação, internacional inclusive, é um elemento fundamental para esta conquista (Rêgo; Moreira, 2013).

Os anarquistas defendem a vida em coletividade, sem classes sociais, porém, esse princípio de união mútua surge a partir das ações do indivíduo e dependem do fim do Estado, sendo seus principais autores Pierre-Joseph Proudhon (meados do séc. XIX), Piotr Alexeyevich Kropotkin (fim do séc. XIX, início do séc. XX) e Elisée Reclus (meados do séc. XIX) (Rêgo; Moreira, 2013).

As ideias do reformismo social-liberal defendem a adaptação das cooperativas dentro do sistema capitalista, para melhor desenvolvimento das mesmas (Zwick; Pereira, 2013).

As cooperativas podem ser entendidas como uma proposta alternativa atual ao sistema capitalista, tanto economicamente, quanto organizacionalmente, defendem Zwick e Pereira (2013). Para os autores, o debate sobre o papel das cooperativas aponta duas direções. Uma que discute na perspectiva de contribuir para a superação do capitalismo e transformação social, e outra que se limita apenas em reformar o sistema econômico capitalista (Zwick; Pereira, 2013).

Considerando a lógica de gestão das cooperativas, Chiariello (2008) estudou experiências de cooperativas que seguem duas grandes correntes ou lógicas distintas, uma dita tradicional/empresarial e outra denominada de popular/solidária. Segundo Chiariello (2008, p. 110), existe de um lado “uma vertente [tradicional] que defende a atuação da cooperativa enquanto uma empresa que busca o lucro e, de outro

[popular], a apreciação do cooperativismo como instrumento de emancipação através do trabalho coletivo e da solidariedade”. O uso dessas nomenclaturas representa as correntes no Brasil que, segundo o Chiarello (2008), se deve ao fato do cooperativismo no país ter sofrido, durante quase todo o século XX, a influência do Estado e ter sido utilizado por uma burguesia agrária para seus interesses.

Ressalta-se que existe uma terceira corrente, que Gonçalves (2003) denomina de fraudulentas, como o próprio nome diz, não são cooperativas verdadeiras, apenas malabarismos jurídicos e burocráticos para reduzir tributos e encargos trabalhistas. Portanto, essas cooperativas não são de fato cooperativas.

Considerando então as correntes desenvolvidas no Brasil, a que representa uma perspectiva de transformação social, é aquela ligada a economia solidária, que Singer (2002; 2003; 2012) concebe como um projeto de sociedade, uma alternativa ao modo de produção capitalista, capaz de transformar as formas de solidariedade da classe trabalhadora em uma ferramenta de sua própria emancipação.

De um ponto de vista histórico, Chayanov (2017) defendeu o cooperativismo camponês russo como um caminho para contribuir no processo revolucionário iniciado em 1917. Antes, no final do século XIX, Marx (2017), já colocava a importância das experiências coletivas das comunas camponesas russas, para construção de uma revolução russa (Shanin, 2017).

2.3 As categorias trabalho assalariado, autogestão, solidariedade e emancipação

2.3.1 Trabalho associado

O trabalho é categoria fundante na teoria marxista, é a partir dele que os homens e mulheres transformam os meios naturais ao mesmo tempo em que se transformam, diferenciam-se da natureza e fazem-se seres sociais e históricos (Lessa; Tonet, 2008).

Portanto, as formas e relações de trabalho se alteraram ao longo da história e dos modos de produção. Engels (2004) explica que nesse processo o trabalho manual foi colocado em segundo plano, sendo sobreposto pelo trabalho intelectual, a ponto de ser atribuído a este trabalho todo o progresso civilizatório. Desde fases iniciais do desenvolvimento da sociedade, com a família primitiva, por exemplo, “a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela” (Engels, 2004, p. 25).

No capitalismo o trabalho é dominado pelo capital que, conseqüentemente, se apropria do produto resultante desse trabalho (Marx, 2006). Este fato resulta na alienação do trabalhador, consistindo, segundo Marx (2006) na exteriorização do trabalho em relação ao trabalhador, trabalho esse que não é voluntário, mas forçado, imposto. É um processo de desumanização, de reificação do trabalhador, a serviço da reprodução do capital, que está sob a “estrutura de comando do capital, sem paralelo na história, cuja função é salvaguardar os interesses vitais do sistema dominante” (Mészáros, 2002, p. 623, grifos do autor).

Segundo Mângia (2003), a força de trabalho vendida, faz com que os frutos desse processo tenham seu valor de uso transformado em valor de troca, além de fazer com que os trabalhadores não produzam para a satisfação expressa de suas necessidades.

Vale ressaltar que “a divisão social do trabalho é condição para o processo de estranhamento, mas não é o suficiente. Todo estranhamento tem por base uma divisão social do trabalho, mas nem toda divisão social do trabalho é necessariamente estranha” (Iasi, 2006, p. 106). É necessário ainda “a sociedade produtora de mercadoria e a forma capitalista de produzir mercadorias” (Iasi, 2006, p. 107).

Neste sentido, devem-se considerar as formas de trabalho individual e de trabalho coletivo, uma vez que “a economia solidária deve ser apreendida como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado” (Benini *et al.*, 2012, p. 10). Iasi (2006, p. 108) afirma que “a base do trabalho especificamente capitalista acha-se em elementos não propriamente capitalistas, mas que constituem funcionalmente o ser do capital

[...]. Entre esses elementos encontramos a cooperação”. Na cooperação, a força social é mais que a simples somatória das forças individuais (marx, 2005; iasi, 2006).

2.3.2 Autogestão

As experiências de autogestão acontecem, ou aconteceram, em uma perspectiva de autonomia dos trabalhadores. Um exemplo é o caso da Bulgária no final da década de 1980, na denominada perestroika búlgara, que, dentre outras medidas, transformou as empresas que eram estatais em autogestionadas (Godoy, 1989).

No caso Búlgaro, o processo de autogestão tinha a assembleia geral como órgão superior de gestão, elegendo e demitindo diretores; os coletivos de trabalhadores, porém, formavam os órgãos de autogestão, os quais definiam o que produzir, de quem comprar insumos e a quem vender a produção (Godoy, 1989). O resultado das operações de mercado era apropriado pelos trabalhadores, que se realizava segundo a quantidade e qualidade do trabalho por eles desenvolvido (Godoy, 1989).

Morais (2002), considerando o processo organizativo, afirma que o comportamento do camponês é diferente e, às vezes, oposto ao do trabalhador rural assalariado. Segundo o autor, em cooperativas camponesas, os desvios em seu funcionamento são recorrentes e aparecem em pouco tempo, sejam eles na parte produtiva ou nas questões administrativas.

Para Alfazaro (2002), o sistema cooperativo, baseado na autogestão, é a semente de um novo modo de produção, que apresenta como características mais importantes: a) meios de produção coletivos, b) participação social na administração, gestão, planejamento, distribuição e controle, c) eleições democráticas, d) estrutura organizativa eficiente, e) participação social nas tomadas de decisão, acesso às informações e repartição dos benefícios, e f) caráter de classe.

“A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e

resolvidos por negociações em que todos tomam parte” (Singer, 2003, p. 20).

A decisão coletiva, participativa e democrática, é a base da autogestão, prática essa que exige esforço dos sócios trabalhadores, uma vez que a reprodução social do sistema capitalista e sua superestrutura está baseada em práticas diametralmente opostas (Singer, 2012).

2.3.3 Solidariedade

A solidariedade no âmbito da economia, para Singer (2012), precisa ser organizada de forma igualitária e associada, pelos próprios trabalhadores, os quais produzem, comercializam e consomem. Contudo, o autor defende a necessidade do Estado para mediar a redistribuição da renda de forma solidária.

A construção de cooperativas na lógica da economia solidária requer a intenção e disposição cotidiana de assumir os princípios de solidariedade, igualdade e democracia (Singer, 2012). Ressalta-se que esses são valores clássicos do cooperativismo (ICA, 2018).

A solidariedade deve ser algo concreto e “as práticas de autoajuda dos trabalhadores precisam ir além do imediato da sobrevivência, para uma perspectiva de enfrentamento das causas profundas da sua espoliação” (Benini *et al.*, 2012, p. 14), criando formas de solidariedade orgânica.

Este é um desafio para as cooperativas, vivenciar e praticar formas de solidariedade e ajuda mútua, ao menos internamente, pois, uma vez inseridas dentro da hegemonia capitalista, sofrem influência das práticas individualistas e de concorrência, inerentes ao sistema do capital (Stahl; Schneider, 2013).

2.3.4 Emancipação

Resgatar o conceito de emancipação humana em Marx é fundamental para compreensão dos desafios atuais das alternativas socialistas (Iasi, 2007). Nessa perspectiva, a transformação da sociedade deve se dar “a partir das relações sociais

de produção e de propriedade e não, simplesmente, através de alterações na forma do Estado” (Iasi, 2007, p. 53).

A emancipação dos seres humanos só será alcançada com a supressão da propriedade privada; superando, assim, a alienação objetiva e subjetiva em que se encontram (Marx, 2006). Marx (2006, p. 29, grifos do autor) acrescenta ainda que “a emancipação política em si não é a emancipação humana”.

A emancipação humana é a emancipação do trabalho como simples meio de vida, é a superação do trabalho enquanto valor de troca, é superação do capital enquanto mediador da sociabilidade humana e, por fim, é a superação do Estado (Iasi, 2006; 2007).

A ação política e a derrubada do Estado são atos necessários, mas insuficientes no processo de emancipação; sendo mais cruciais os objetivos do trabalho, ou seja, a sua superação frente ao capital e o ato dos trabalhadores controlarem “positivamente os processos produtivos e distributivos dos quais dependem o desenvolvimento e a autorrealização dos indivíduos” (Mészáros, 2002, p. 928).

Para Benini *et al.* (2012), os componentes estruturantes da práxis da economia solidária – o trabalho associado, a autogestão e a solidariedade – não garantem a construção de um novo modo de produção, porém, são pontos de rupturas que podem ser base de um novo sistema social, se estiverem associados e dentro de um projeto político.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para esta investigação foi utilizada a pesquisa do tipo quantitativa, com abordagem indutiva, que a partir de dados particulares infere um conhecimento mais amplo (Brumer *et al.*, 2008).

Realizou-se um estudo quantitativo de 14 cooperativas, no segundo semestre de 2019, analisando algumas categorias e alguns indicadores, que serão apresentados mais adiante. O levantamento dos dados dessas cooperativas foi feito via internet e por

meio de pesquisa de campo, sendo encontradas um total de 27 cooperativas. Foram enviados questionários objetivos para todas as cooperativas identificadas. Contudo, somente 14 entidades responderam ao questionário, três se negaram a responder e com dez não se conseguiu contato.

Os indicadores analisados a partir da leitura geral das cooperativas permitiram interpretar os fatores determinantes para o movimento cooperativista nas regiões geográficas estudadas. Essa análise foi feita a partir de categorias definidas a priori, a partir do debate acadêmico. Foram utilizadas quatro categorias, sendo as três primeiras retiradas de Benini *et al.* (2012) e Silva (2018), são elas: a) trabalho; b) solidariedade; c) gestão e d) emancipação. Com o entendimento que a emancipação, enquanto elemento central de definição da Economia Solidária, é o resultado de como as três categorias anteriores se apresentam na prática, por isso não entra no quadro de análise proposto com indicadores, mas como tendência. Para Freitas (2007), esse método permite compreender a realidade e suas contradições, a partir de conceitos e categorias que se realizam na prática social.

Isso possibilitou confrontar os dados primários obtidos com dados secundários mais amplos, no caso, do ramo agropecuário do cooperativismo nas regiões geográficas estudadas.

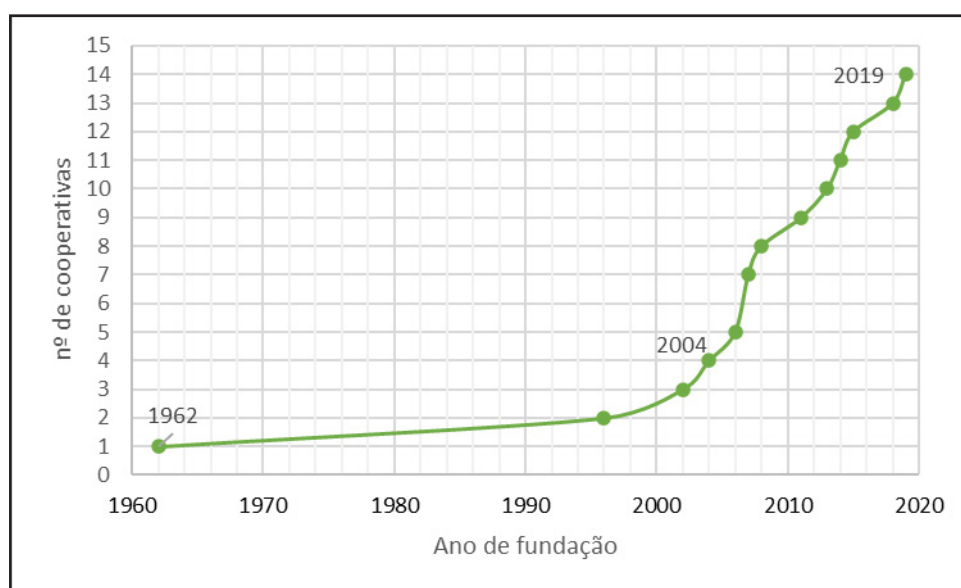
Para caracterizar as cooperativas camponesas na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal, foi realizada a coleta de dados através de questionário. Dados esses, que foram sistematizados e analisados de forma horizontal e por meio de estatística descritiva, realizada no Microsoft Excel®, versão 2006, segundo o tipo de cooperativa, a especialização, a produção, a temporalidade e as relações de trabalho existentes.

4 CARACTERIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO PARAENSE

Considerando os dados gerais, nota-se que o surgimento da maioria das cooperativas se deu após 2003, quando foram iniciadas as compras institucionais da

agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de 2009 (Gráfico 01). É notório o crescimento acelerado da curva, uma vez que três cooperativas foram criadas antes de 2003, e outras 11 foram criadas após esse marco.

Gráfico 1 – Número acumulado de cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, por ano de fundação (1962-2019)



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

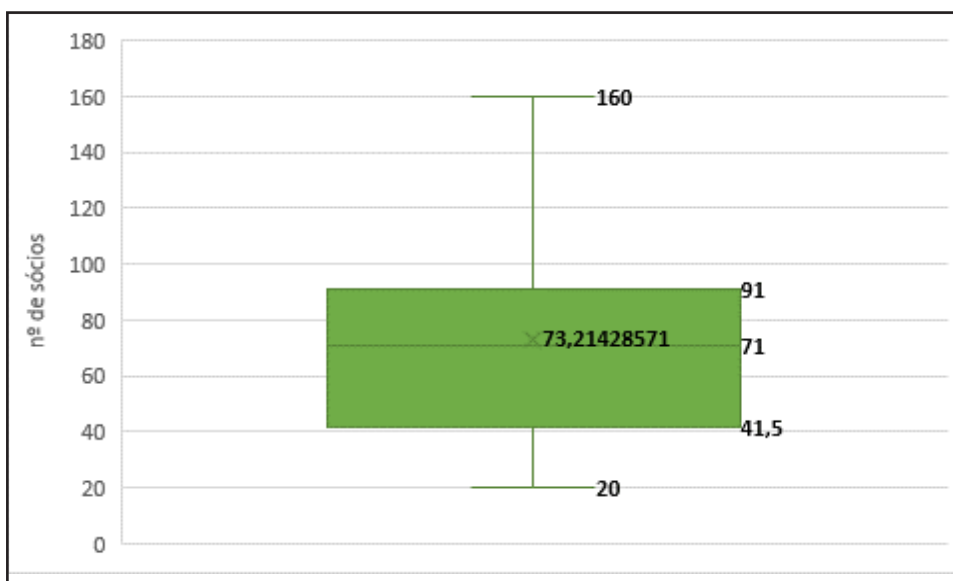
O PAA é um programa que criou um novo mercado para produtos da agricultura familiar e funciona desde o ano de 2003, quando foi criado, sendo que entre 2011 e 2015, 830 cooperativas brasileiras acessaram esse programa (Silva; Schultz, 2017). Já o PNAE, a partir de 2009, instituiu a exigência de que 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar seja oriundo da agricultura familiar, o que leva a uma melhoria a essa classe social quando organizados em associações ou cooperativas, sendo essas, pela legislação vigente, as mais apropriadas para transações comerciais (Silva; Schultz, 2017; Gomes; Cezar, 2018). Ressalte-se que esse programa e essa política pública priorizam a compra de agricultores familiares organizados.

Esses mercados possibilitaram o crescimento, em número, das cooperativas da

agricultura familiar camponesa, contudo, essas demonstram limites seja de gestão, de modernização na verticalização da produção ou de competitividade no ambiente de compra institucional (Silva; Schultz, 2017).

Quanto ao número de sócios(as), varia entre 20 pessoas, a menor, até 160 pessoas, a maior, sendo que a média é de 73 associados(as) (Gráfico 02). No diagnóstico do cooperativismo paraense feito em 2018 pela OCB/PA (2019), a média de cooperados(as) no quadro social das cooperativas agropecuárias ficou muito próxima da encontrada neste estudo, com 75 associados(as).

Gráfico 2 – Número de sócios (mínimo, máximo, média, mediana, primeiro quartil, terceiro quartil) das cooperativas estudadas

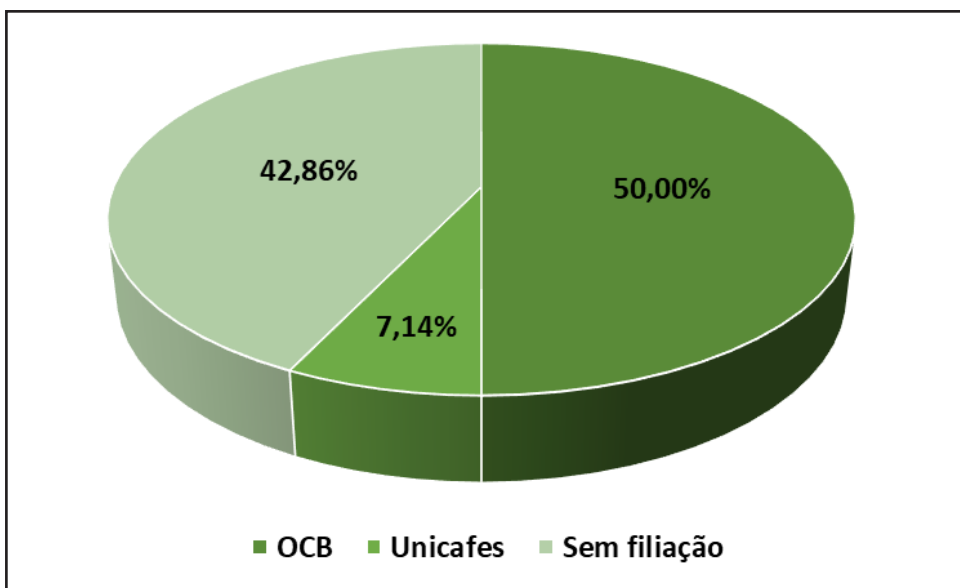


Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, determina, em seu art. 105, que “a representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB” (Brasil, 1971). Contudo, durante a década de 1990, com o debate da economia solidária, várias cooperativas questionaram essa necessidade de representação, criando e/ou filiando-se a outras entidades, ou mesmo não se filiando a nenhuma (Pinho, 2004; Souza, 2009 b). Os dados do gráfico 03 refletem isso, pois, somente metade das cooperativas estão filiadas a OCB. Outra entidade que aparece como

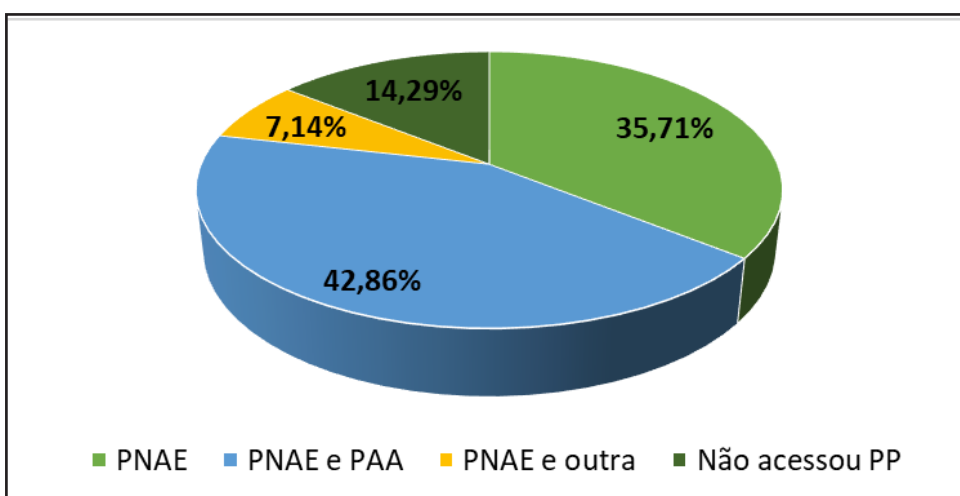
filiação é a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), fundada em 2005, se propõe a representar o cooperativismo solidário, em especial as cooperativas ligadas aos sujeitos do campo como, por exemplo, da reforma agrária, da agricultura familiar e povos tradicionais (UNICAFES, 2020).

Gráfico 3 – Filiação a entidades representativas do segmento cooperativista



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

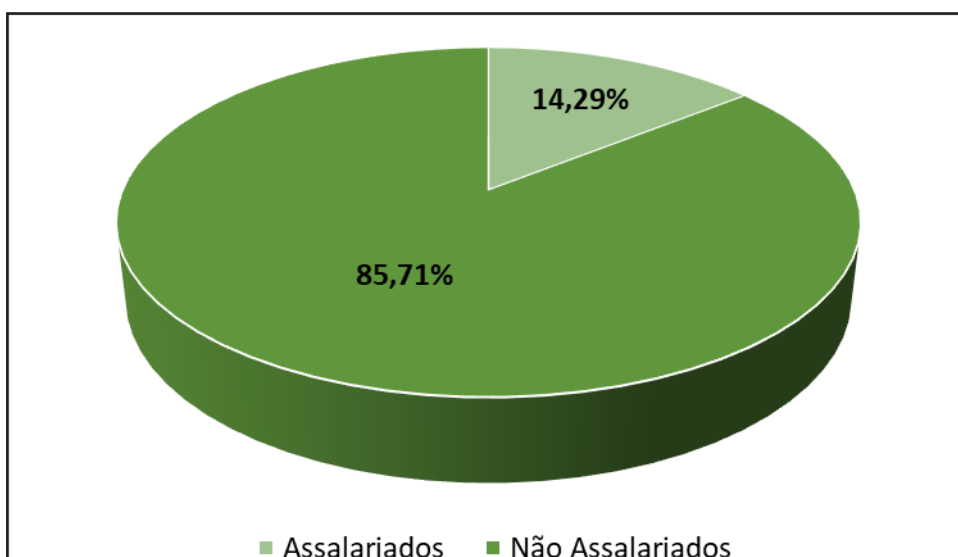
Gráfico 4 – Acesso a políticas públicas por parte das cooperativas estudadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Pesam algumas críticas ao PAA e PNAE, como a necessidade de melhor adequação a lógica camponesa e não simplesmente seguir uma economia concorrencial (Silva; Schultz, 2017). As políticas públicas diferenciadas são importantes para o desenvolvimento rural. Essas duas, especificamente, têm possibilitado o desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar camponesa. Os dados mostram que 85,71% das cooperativas comercializaram através da PNAE, seja isoladamente ou, seja associada a outra política pública, e 42,86% acessaram o PAA, neste caso também acessaram o PNAE (Gráfico 04). Sobre as categorias estudadas, trabalho, gestão e solidariedade, os dados apresentam a distribuição percentual das cooperativas conforme alguns indicadores. No que diz respeito às relações de trabalho, a maioria absoluta não possui trabalho assalariado (Gráfico 5). Os dados da OCB/PA (2019) diferem consideravelmente, pois, 35,42% das cooperativas agropecuárias têm trabalhadores assalariados. Vale ressaltar que a pesquisa da OCB, realizada em 2018, com 48 cooperativas de todo o estado do Pará, foi feita somente com cooperativas associadas a essa entidade.

Gráfico 5 – Relações de trabalho existentes nas cooperativas estudadas



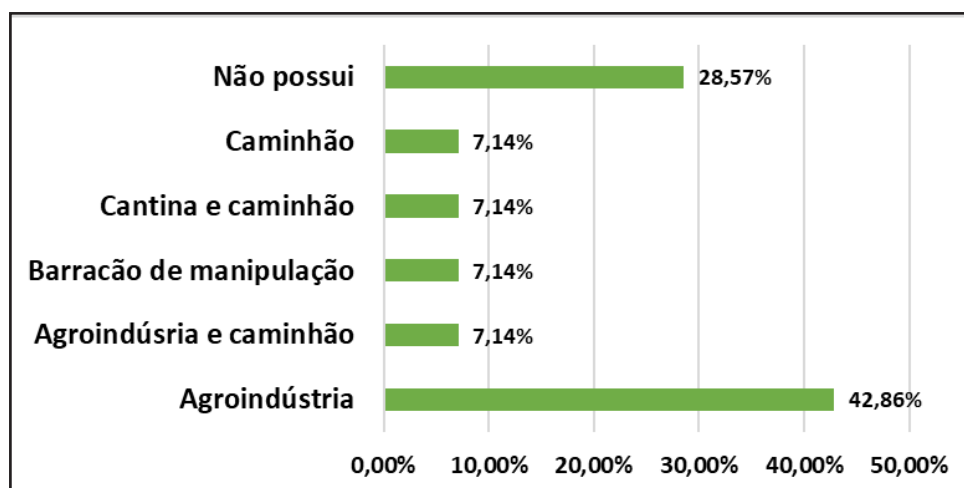
Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Quanto a propriedade social dos meios de produção, mais de um terço (35,71%) não os possui, ou possui apenas meio de transporte, como caminhão, o que ocorre

com 14,28% das cooperativas (Gráfico 6). O gráfico mostra ainda que 50% possui agroindústria, 7,14% possui barracão de beneficiamento e 7,14% uma estrutura para comercialização, a cantina. Alerta-se para o fato de não ser possível identificar o porte das agroindústrias, nem o que é produzido nelas. Em estudo semelhante, foram identificadas 29% das entidades com transporte próprio, 15% com agroindústria e 27% com alguma estrutura simplificada de beneficiamento (OCB/PA, 2019).

Importante lembrar aqui que o diagnóstico trata de cooperativas camponesas, ou seja, de uma classe social que faz da terra, quase sempre com posse familiar, seu principal fator de produção. Isso implica em certa autonomia que, para Chayanov (2017), é fundamental ser mantida para a manutenção do modo de vida camponês, ao passo que formas cooperativas sejam construídas dentro do processo mais amplo de transformação social.

Gráfico 6 – Posse dos meios de produção e/ou transporte coletivos, pelas cooperativas estudadas



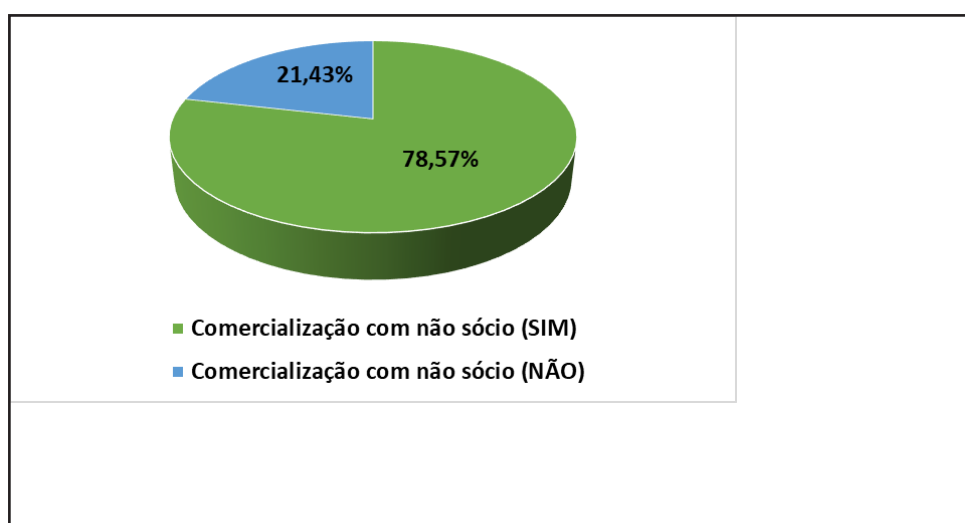
Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Quanto ao ato exclusivo das entidades cooperativas³, os dados revelam que uma parte considerável (78,57%) vai além e comercializa com não sócios (Gráfico 7).

³ O ato a que se refere o texto o Art. 79 da Lei Federal 5.764, de 16 de dezembro de 1971, o chamado ato cooperativo, que ocorre entre cooperativas e sócios(as) ou entre cooperativas quando estas estão associadas em cooperativas de grau maior, não caracterizando operação de mercado.

Esses dados levam a reflexão que essa é uma necessidade material para a reprodução econômica das cooperativas camponesas nesta região, que pode ser influenciada fortemente pelos tipos de produtos, seus manejos e suas sazonalidades, mas também pelo tamanho da terra, que não foi investigado. Outra possibilidade é que talvez ocorram desajustes entre o quadro social e a escala de produção, com o volume demandado para comercialização.

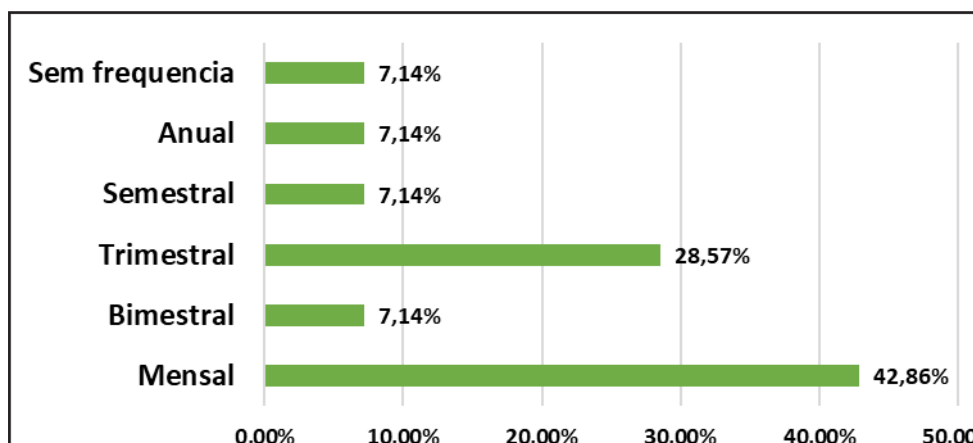
Gráfico 7 – Realização exclusivamente de ato cooperativo



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A frequência das reuniões da diretoria é bem variada conforme a cooperativa, apesar de 48,86% delas terem reuniões mensais (Gráfico 8). Outro dado importante é que todas elas permitem a livre participação dos(as) sócios(as) nessas reuniões, o que mostra a prática de um valor do cooperativismo, a democracia, e do princípio da gestão democrática.

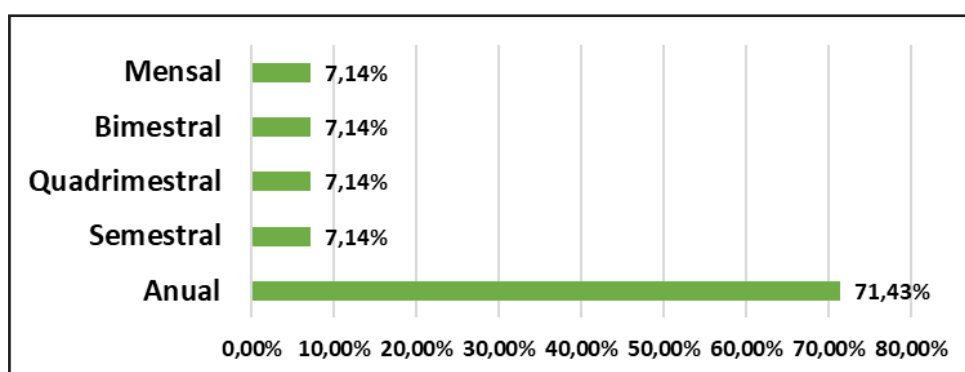
Gráfico 8 – Frequência das reuniões da diretoria



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

As assembleias gerais, local onde se revela o princípio cooperativista da gestão democrática pelos sócios, ou como é resumido, “um sócio, um voto”, acontecem primordialmente de forma anual; em algumas cooperativas, porém, acontecem com outra frequência (GRÁFICO 09). Faz-se necessário ressaltar que gestão democrática, ou de modo mais amplo, a democracia vai para além do voto. Nesse sentido, Singer (2012) alerta para a importância da participação dos sócios, posicionamento dos mesmos e o envolvimento nas situações conflituosas, para que se garanta um processo autogestionado.

Gráfico 9 – Frequência das assembleias gerais

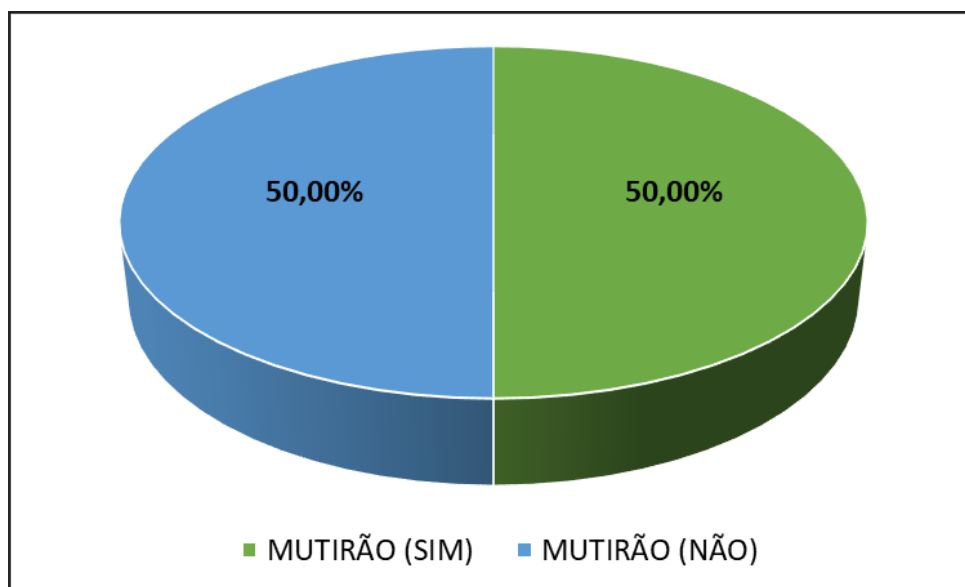


Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Ao estudar o campesinato caipira, do interior de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1950, Cândido (2017), discute dentre outras coisas as formas de solidariedade,

que têm no trabalho coletivo um dos elementos de sua caracterização, sendo que esse tipo de trabalho, nessa classe social, se manifesta primordialmente através do mutirão. Os dados obtidos mostram que apenas metade das cooperativas realizam mutirões como ação organizada pela mesma (Gráfico 10). Importante demarcar que o que se está registrando aqui são as iniciativas de mutirão realizadas com intencionalidade da cooperativa, portanto, é provável que nas comunidades ocorram várias iniciativas coordenadas pelas famílias ou outras instituições, como, por exemplo, a igreja ou a associação de moradores.

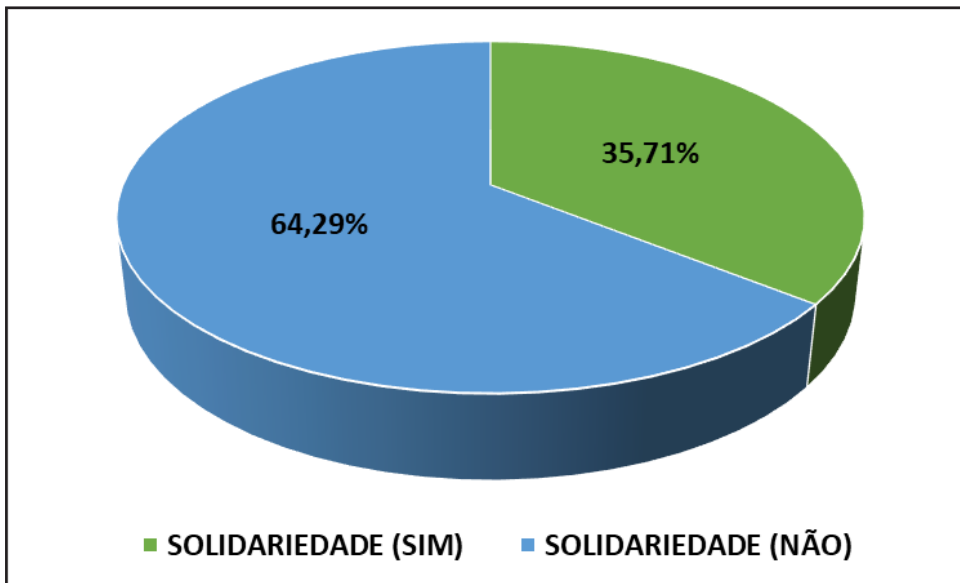
Gráfico 10 – Realização de mutirões



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Quando se considera outras ações de solidariedade interna, a ocorrência é menor ainda (Gráfico 11). Esses dados são preocupantes, uma vez que “as prestações ou relações econômicas solidárias (ajuda mútua, trabalho compartilhado, manejo coletivo de recursos comuns compartilhados, cooperação) [...] são necessárias ao processo de produção [...] das comunidades rurais mais pobres” (Sabourin, 2007, p. 7).

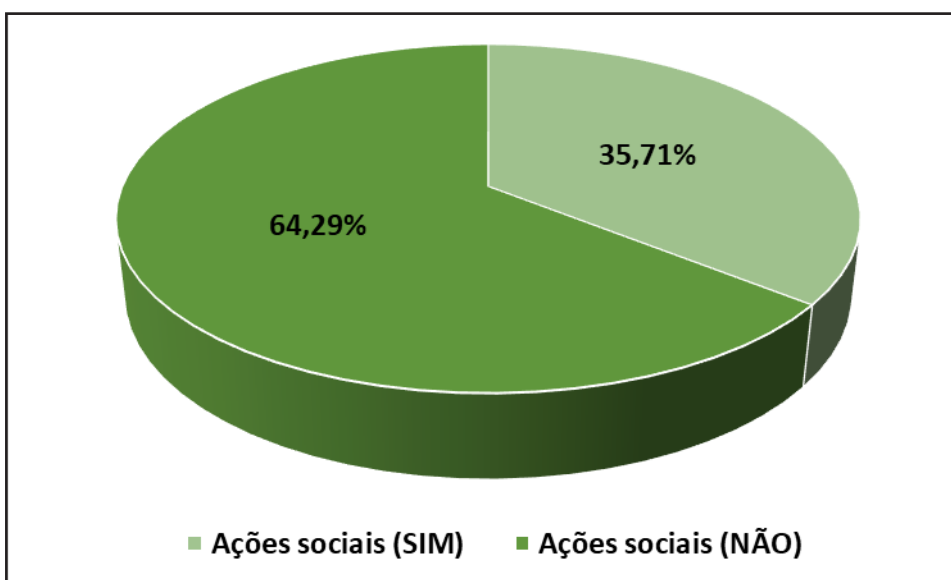
Gráfico 11 – Ocorrência de ações de solidariedade entre os sócios



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Outro princípio cooperativista é o interesse pela comunidade, aqui observado através do indicador ação social na comunidade, como organização e realização de ações de educação, saúde e cidadania, ou mesmo doações. Os dados revelaram que quase a maioria absoluta não realiza ações sociais (Gráfico 12)

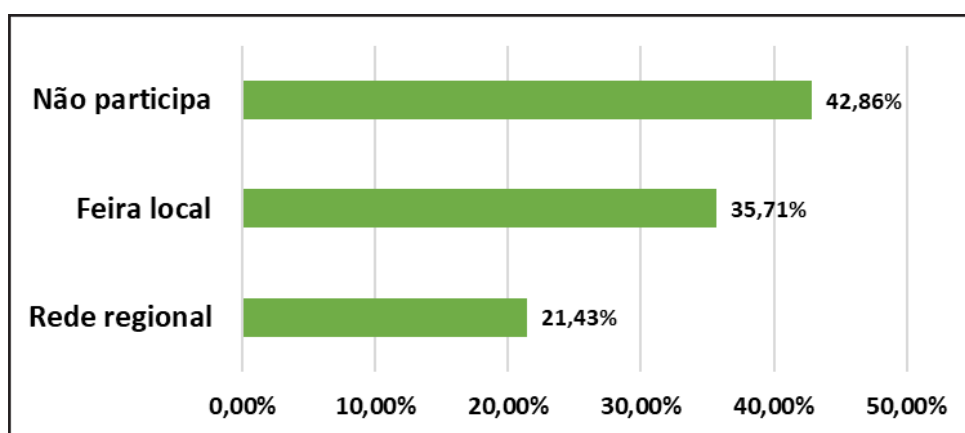
Gráfico 12 – Existência de ações sociais para a comunidade, em geral



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

É importante ressaltar que as cooperativas estão inseridas nas comunidades, e estas, muitas vezes já possuem suas formas de ação coletiva, por vezes realizadas por outras instituições, como sindicatos e associações comunitárias, cabendo às cooperativas, enquanto organização especializada, de somente realizar corretamente a comercialização. A participação em redes de comercialização é uma estratégia utilizada por poucas cooperativas, e pouco mais de um terço delas (35,71%) se utiliza de feiras locais (Gráfico 13). O questionário não possibilitou verificar outras estratégias de comercialização, como, por exemplo, exportação, mercado orgânico, transações com empresas ou redes de supermercado. Pode-se comparar com o diagnóstico do cooperativismo paraense feito pela OCB/PA (2019), no qual 52% das cooperativas agropecuárias usam as feiras como estratégia de comercialização.

Gráfico 13 – Participação em redes regionais de comercialização ou feira local

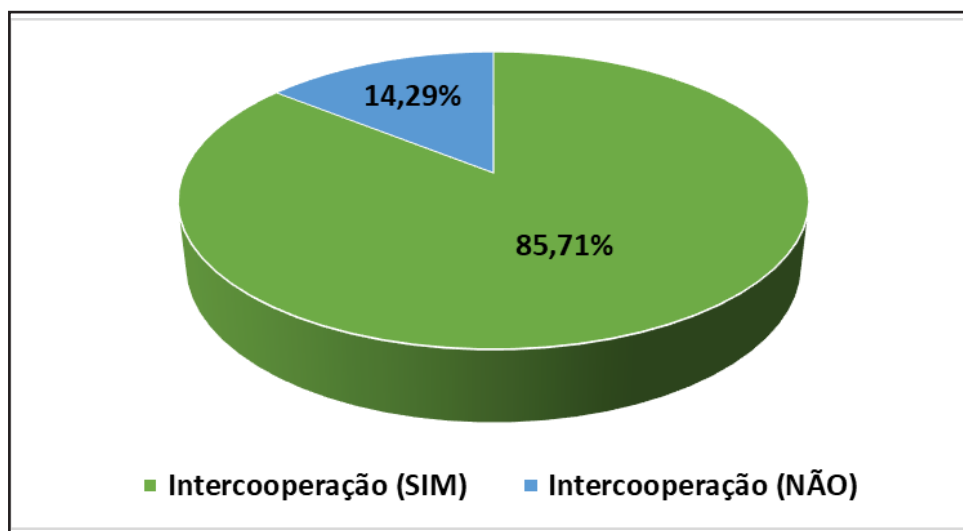


Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Entendendo-se intercooperação como sendo relações entre cooperativas, seja de comercialização conjunta, aumentando escala, seja de comercialização entre elas, permitindo honrar compromissos assumidos, ou ainda na construção de processos sociais, como, por exemplo, feiras locais. Para a Aliança Cooperativa Internacional, “é uma forma mais efetiva de servir aos sócios e fortalecer o movimento cooperativo” (Ica, 2018, tradução nossa).

A falta de intercooperação é uma das contradições internas do movimento cooperativista que tende a levar a sua degeneração no sentido de um cooperativismo burocrático (Sthal; Schneider, 2013). Apesar de Kozen e Oliveira (2015) afirmarem que o ramo agropecuário é o que tem maior dificuldade em praticar a intercooperação, a realidade encontrada nas regiões estudadas não corrobora tal afirmação, pois, uma porcentagem expressiva (85,71%) das cooperativas pratica esse princípio (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Prática do princípio cooperativista da intercooperação



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em suma, com os dados apresentados, pode-se fazer algumas inferências sobre o cooperativismo camponês nas regiões estudadas, no sentido das vertentes cooperativistas, tendo como foco as três categorias de análise propostas: trabalho, gestão e solidariedade. A grande maioria das cooperativas não possui empregados, o que indica uma tendência a autogestão e a solidariedade. O trabalho produtivo é desenvolvido pelas famílias dos(as) sócios(as) nas unidades familiares ou por sócios(as) trabalhadores(as) nos espaços coletivos, como, por exemplo, agroindústria e cantina solidária. Já o trabalho administrativo é realizado pelos(as) sócios(as) diretores(as). Metade tem agroindústria, o que possibilita o trabalho coletivo e agregação de valor, aumentando a renda dos(as) sócios(as). Mais da metade participa de feiras e redes

de comercialização indicando uma forte busca de aumento de renda. Mais de três quartos delas comercializam com não sócios(as), o que parece ser uma estratégia de sobrevivência nessa região. Todas mantêm os espaços formais de decisão, com assembleia geral e reuniões de diretoria, nesse caso, aberta a participação dos(as) sócios(as). No entanto, a frequência anual das assembleias, na maioria das cooperativas, possibilita o compartilhamento das decisões de gestão com os sócios. As ações de solidariedade junto as comunidades não são priorizadas, sendo mais uma vez relativizado aqui, pois, podem existir outras formas de solidariedades que não foram captadas pela pesquisa. Este valor pode ser mais registrado na prática do princípio da intercooperação, feito por quase a totalidade das cooperativas.

Os dados demonstram, portanto, uma situação intermediária do cooperativismo camponês na região entre a polarização solidário-popular / tradicional-empresarial. O que se percebe, a partir dos resultados empíricos, é que, apesar de conceitualmente as correntes cooperativistas (empresarial versus solidário) terem lados opostos no processo de emancipação, as cooperativas estudadas não se encaixam na pureza teórica das correntes. Essas cooperativas, portanto, possuem algumas ações e formas organizativas que vão na perspectiva da emancipação desses(as) camponeses(as), mas possuem outras que dificultam o processo emancipatório.

A ideologia da economia solidária, com seus princípios e filosofia, indica um caminho para a emancipação, o que pode ser observado de fato, na prática de alguns dos empreendimentos, contudo, não se pode generalizar, pois, no cotidiano a economia de mercado impõe sua racionalidade de competitividade e individualismo, dentre outras, já que essa é a lógica econômica hegemônica da sociedade atual (Eidelwein, 2009).

5 DESAFIOS DO COOPERATIVISMO PARAENSE

Esse diagnóstico instiga pensar em alguns desafios para o cooperativismo paraense. As questões colocadas aqui serão no sentido da construção de um

cooperativismo popular e solidário, que busca um caminho emancipatório para o campesinato paraense.

Seguem seis desafios, dois relacionados ao trabalho, dois à gestão e dois aos processos de solidariedade. No que diz respeito ao trabalho: a) as cooperativas precisam buscar formas estimular e operacionalizar os trabalhos coletivos, como, por exemplo, os mutirões, levando em conta não só as vantagens econômicas, mas também a sociabilidade dos(as) cooperados(as); b) investir e construir estruturas coletivas de trabalho, como, por exemplo, agroindústrias ou cantinas, o que também possibilita o trabalho associado, e leva a ganhos em logística e agregação de valor nos produtos.

Quanto a gestão, é importante: c) pensar metodologias que possibilitem a participação dos(as) sócios(as) nas instâncias de discussão (incluindo planejamento e monitoramento) e decisão, principalmente no território amazônico, com especificidades territoriais e climáticas que muitas vezes dificultam a locomoção; d) a ampliação do número de sócios, uma vez que as cooperativas comercializam com não-sócios(as) a fim de manter uma escala de produção, garantindo a quantidade e variedade de produtos necessárias à saúde econômica da cooperativa;

Por fim, os processos de solidariedade: e) pensar ações de solidariedade com as comunidades que a cooperativa está envolvida, ações que tenha a intencionalidade da cooperativa ou, se for o caso, contribuir na construção de iniciativas que já são realizadas por outras instituições, como igrejas, sindicatos e associações; f) estabelecer relações e construir ações de organização social e lutas em conjunto com movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

6 CONCLUSÕES

Considerando as cooperativas camponesas nas regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal, considerando também as correntes do cooperativismo que se desenvolveram no Brasil, e resultado da caracterização realizada

nesse estudo, percebeu-se que não se tem um modelo único, sendo o trabalho, a gestão e os processos de solidariedade diferentes em cada uma delas.

Neste trabalho, a análise empreendida mostra que no estado do Pará as cooperativas camponesas, de modo geral, têm suas ações concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir da comercialização dos produtos da agricultura. Assim, possibilitar melhoria na qualidade de vida como um todo, seja nas condições de moradia, transporte, alimentação, educação, saúde etc.

As instâncias de decisão como reuniões de diretoria e assembleias acontecem, porém, a metodologia não permitiu avaliar o grau de participação dos(as) cooperados(as), o que é de suma importância para a consolidação de um cooperativismo autogestionado e camponês. Os dados, sobre comercialização com não sócios(as), levam a reflexão que existe uma necessidade material para a reprodução econômica das cooperativas camponesas nesta região, que pode ser influenciada fortemente pelos tipos de produtos, seus manejos e suas sazonalidades, mas também pelo tamanho da terra, o que não foi investigado. Outra possibilidade é que talvez ocorram desajustes entre o quadro social e a escala de produção, com o volume demandado para comercialização.

Em suas práticas aparecem a existência de poucas ações de solidariedade de iniciativa das cooperativas, em contraposição a presença marcante da intercooperação, porém, a metodologia não permitiu qualificar essas relações entre as cooperativas.

Sem desconsiderar o papel estratégico e tático na melhoria da renda familiar, e no desenvolvimento rural, o cooperativismo camponês deve ser a arte de se organizar coletivamente para, através do trabalho associado, da autogestão e da solidariedade, reproduzir a existência numa perspectiva da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALFAZARO, M. A empresa de autogestão. In: MORAIS, C. S. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: EdUFRO, 2002. 276 p.

BENINI, É. A. *et al.* **A práxis do trabalho associado**: da economia solidária para a perspectiva

da solidariedade orgânica e autogestão societal. *org & demo*. Marília, v. 13, n. 2, p. 9-20, jul./dez., 2012.

BENINI, E. G. *et al.* Cooperativismo e cooperativismo: reflexões sobre a economia solidária. Anais. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco-AC, 20-23 jul. 2008.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. SIES – Divulgação dos dados preliminares: base de dados 2013. Bol. Inform. Acontece SENAES, ed. Especial. Brasília-DF, 2013.

BRASIL, República Federativa do. **Presidência da república**. Casa civil. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.HTM. Acesso em 09 jan. 2020.

BORGES, G. R. **Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto**. In: GEDIEL, J. A. (Org.). Os caminhos do cooperativismo. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 123-149.

BRUMER, A. *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.) **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CALDART, R. S. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137-169.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 12ª ed. São Paulo: EdUSP, 2017. 334 p.

CARVALHO, H. M. de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 17-38.

CARVALHO, M. C. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. **Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social)**. Universidade Federal de Juiz de Fora). 2012. 118 f.

CHARTERINA, A. M. Los valores y los principios cooperativos. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, v. 61, p. 35-46, 1995.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 291 p.

CHIARIELLO, C. L. Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. **Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção)**. Universidade Federal de São Carlos, 2008.151 f.

EIDELWEIN, K. **Gestão Social**: a economia solidária como possibilidade de modelo. *Rev. JURIS*, Rio Grande/RS, v. 14, p. 41-54, 2009.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-34.

FARIAS, Elielson Soares. Cooperativa Agroleiteira da Transamazônica (COOPETRA): fatores que influenciaram na sua persistência. 2014. 113 f. **Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NCADR/UFPA**, Belém, 2014.

FRANÇA, G. C. **A problemática da economia solidária**: uma perspectiva internacional. Rev. Soc. Estado., v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001.

FREITAS, L. C. Materialismo histórico-dialético: pontos e contrapontos. In: DALMAGRO, S. L. (Org.). **II Seminário nacional: o MST e a pesquisa**. Veranópolis: ITERRA, 2007. p. 45-59.

GODOY, I. **Bulgária**: autogestão e socialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1989. 91p.

GOMES, E. L.; CEZAR, L. C. **O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas**. Revista de extensão e Estudos Rurais, v. 7, n. 1, p. 166-186, jan.-jun. 2018

GONÇALVES, E. S. **Caracterização e análise de três modalidades de cooperativas no Brasil**: cooperativas capitalistas, cooperativas da economia solidária e cooperativas fraudulentas. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção, Trabalho de Conclusão de Curso, 2003.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**: o pt entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582 p.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

ICA – International Co-operative Alliance. **Cooperative identity, values & principles**. Disponível em: https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity?_ga=2.240910144.215558626.1544033165-1904438143.1544033165. Acesso em: 06 dez. 2018.

KOZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A. **Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas., Santa Maria-RS, v. 2, n. 4, p. 45-58, jul.-dez., 2015.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128 p.

MÂNGIA, E. F. **Alienação e trabalho**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. v. 14, n. 1, p. 34-42, jan./abr., 2003.

MARX, K. **O capital**. Edição compacta. São Paulo: Centauro, 2005. 403 p.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006. 198 p.

MARX, K. **Rascunhos para uma resposta (fevereiro-março de 1881)**. In: SHANIN, T. (Org.). Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 148-179.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. 1103 p.

MORAIS, C. S. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: EdUFRO, 2002. 276 p.

OCB/PA – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará. **Diagnóstico do cooperativismo paraense 2018**. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gtuWVzJLNDsujV8WdRELnF0v4sM9qMds/view>. Acesso em 19 jan. 2020.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 341 p.

RÊGO, E. E.; MOREIRA, E. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. Rev. **OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013.

REIS, Maria Nazaré F. Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão. **Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável)**. Belém: NEAF/CA/UFPA; Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 231p.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 69 p.

RODRIGUES, D. M. **A COOPAEXPA e participação nos seus núcleos de produção**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

SABOURIN, E. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica**. 2007. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/541162/1/document_541162.pdf. acesso em 23 dez. 2018.

SANTOS, A. V. P. A relevância de movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações: estudo comparativo entre o papel da APAEB (BA) e da COOPFRUT (PA). 2012. **Dissertação (mestrado)**. Belém-PA: NAEA/Universidade Federal do Pará, 2012 125 f.

SANTOS, L. C. B. Cooperação e conflitos na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará. 2016. **Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**, Belém, 2016.

SCHNEIDER, S. Prefácio à edição brasileira. In: CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 7-10.

SHANIN, T. **O último Marx**: deuses e artesões. In: SHANIN, T. (Org.). Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 25-73.

SILVA, R. M. A. Economia solidária: estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário. Slides de aula. **Disciplina: Economia Solidária e Cooperativismo, mestrado profissional**, PPGDRGEA, IFPA/Castanhal, ago. 2018.

SILVA, C. M. V. da; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-39, 2017.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p. 81-129.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-28.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1º ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012. 127 p.

SOUZA, M. L. M. Empreendimentos de economia solidária e desenvolvimento local sustentável na Amazônia paraense: fatores que influenciam para o desempenho de cooperativas de produção. 2009. **Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia)**. Belém: NUMA/Universidade Federal do Pará, 2009 a. 166 f.

SOUZA, M. M. O. **O movimento cooperativista no Brasil**: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. Rev. Cam. de Geograf. Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 65-78, jun., 2009 b.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. **As interfaces entre cooperativismo e economia solidária**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai./ago., 2013.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Histórico. 2020. Disponível em <http://unicafes.org.br/p/historico>. Acesso em 02 fev. 2020.

VARGAS, A. La identidad cooperativa y la cooperativa como empresa: luces y sombras. **REVESCO: Rev. de Est. Coop.**, España, n. 61, p. 179-194, 1995.

ZWICK, E.; PEREIRA, J. R. Gestão de cooperativas: derivações teóricas do pensamento utópico. Acta Scientiarum: Hum. and Soc. Sci., Maringá, v. 35, n.1, p. 13-23, jan.-jun., 2013.

Contribuição de Autoria

1 – André Carlos de Oliveira Rocha

Doutorando e mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Professor Substituto da faculdade de Agronomia, Campus Cametá, Universidade Federal do Pará.

<https://orcid.org/0009-0000-9704-9203> - agro.andre@yahoo.com.br

Contribuição: Conceituação, Análise formal, Investigação, Metodologia, Curadoria dos dados, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

2 – William Santos de Assis

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará.

<https://orcid.org/0000-0002-9525-7153> - williamassis@ufpa.br

Contribuição: Escrita – revisão e edição

3 – Philippe Jean Louis Sablayrolles

Doutor em Economia e Desenvolvimento Rural pelo Institut National Agronomique Paris Grignon - INA-PG, Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará.

<http://orcid.org/0000-0001-7836-1816> - philippe_sablayrolles@hotmail.com

Contribuição: Escrita – revisão e edição

Como citar este artigo

ROCHA, A. C. de O.; ASSIS, W. S. de; SABLAYROLLES, P. J. L. Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. Santa Maria, v.10, n. 19, e66070, 2023. DOI 10.5902/2359043266070. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043266070>